

Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário

*Renata Gonçalves**

Resumo:

Neste artigo são examinados determinados aspectos das mudanças em curso nas relações de classe, especialmente na composição da classe trabalhadora. Retomando alguns momentos em que se privilegiou as lutas “gerais” em detrimento das chamadas “específicas”, enfatiza-se que as condições de existência do proletariado se tornaram, no geral, mais precárias; a presença feminina no interior do proletariado aumentou; e aumentou principalmente nos segmentos mais afetados pela precarização. Estas mudanças repõem, de maneira ainda mais crucial, a importância das relações de gênero para as lutas sociais considerando que a dominação capitalista de classe se reproduz produzindo e reproduzindo “diferenças” que, no fundo reforçam preconceitos, inclusive de gênero.

Uma revolução à parte

Hobsbawm, em *Era dos extremos*, é enfático ao afirmar que a maior revolução social ocorrida no “curto” século XX foi a das mulheres. Porém, esta parece ter sido uma revolução à parte.

Façamos uma rápida incursão por alguns processos revolucionários. Uma das particularidades das tentativas de revolução socialista consiste em que, no geral, seus dirigentes afirmavam o estreito laço entre transformação social e libertação da mulher. Para Trotsky, por ex., a construção do socialismo só seria possível se as mulheres operárias e camponesas fossem libertas das ataduras do cuidado da família e do lar. Lenin afirmava que enquanto as mulheres não fossem chamadas a participar diretamente no conjunto da vida política e também num serviço cívico permanente e geral, o socialismo e uma democracia integral e durável não seriam possíveis.

Apesar destas e de inúmeras outras formulações, os revolucionários socialistas não conseguiram realizar avanços fundamentais neste terreno.

* Doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp e membro do NEILS.

Kollontai, em sua autobiografia, relata a dificuldade que encontrou para atuar no processo revolucionário. Ela e suas correligionárias foram acusadas de serem “feministas” e concederem excessiva importância aos “assuntos de mulheres”.

As mulheres significavam, para os movimentos revolucionários, uma espécie de dupla ameaça. Por um lado, possuíam um atraso decorrente da longa e pesada ausência da esfera política. Por outro, o próprio reconhecimento de que era necessário realizar um esforço especial para sua emancipação era acompanhado pelo temor de que tal esforço comprometesse as realizações dos “objetivos fundamentais” da revolução. Um receio que foi muitas vezes invocado como justificativa para o adiamento estratégico deste “esforço especial”, o que, na prática, significou deixar o enfrentamento da desigualdade entre os gêneros para quando as transformações “infra-estruturais” estivessem consolidadas.

Assim, o movimento feminista se transformou em um problema para os principais dirigentes revolucionários. Na revolução russa, muitos consideraram o movimento feminista um desvio que poderia chegar “ao ponto de criar uma divisão dentro do proletariado entre os interesses dos homens e os das mulheres” (Hayden, 1980: 79). Esta postura política consolidou um fosso entre aqueles que atribuíam grande importância também às chamadas questões “específicas” e os que se voltavam exclusivamente para o que consideravam questões “gerais”. Neste contexto, as mulheres não ganharam, no campo das lutas concretas, a visibilidade necessária. Representavam, de alguma forma, ou um grupo de apoio ou um grupo solitário. Nos dois casos não houve espaço para a *unidade*.

Permanência da fragmentação

Na América Latina (para nos restringirmos a este caso), este fosso persistiu ao longo das três últimas décadas; o que pode ter contribuído para a fragmentação e recuo dos movimentos sociais.

A revolução nicaragüense também representou uma esperança para os partidários da igualdade entre os sexos. O clima de igualdade dava espaço a reuniões públicas cujas palavras de ordem eram: “não há revolução sem a emancipação da mulher; não há emancipação sem revolução” (Molyneux, 1989:IV). No entanto, após os primeiros anos do sandinismo no país, os ideais que este buscava defender, no que se refere às relações de gênero, foram postos de lado. O mesmo ocorreu em El Salvador. Neste país, além de 30% dos guerrilheiros serem mulheres, elas representavam mais de 60% da população civil que apoiava a luta. Se, no auge destes movimentos, houve importantes, embora limitados, avanços nas relações de gênero, com a

derrota¹ e subsequente desmobilização da guerrilha, a maioria das mulheres voltou para casa, sem que se instituisse qualquer cláusula sobre seus direitos fora do lar (Petras, 1999: 408).

Estes fatos dão sentido às observações de Petras para quem as mudanças ocorridas em processos revolucionários, embora representem avanços, “não alteram significativamente a desigualdade entre homens e mulheres, especialmente no tocante à composição por gênero da liderança social, política e econômica” (1999: 401).

Por que isto continua a ocorrer? Eis uma questão de importância fundamental e cuja resposta depende, no plano teórico, da contribuição de inúmeras pesquisas a serem realizadas no âmbito de diversos campos do conhecimento. Formulamos a hipótese de que, mais do que em razão de “desvios” ou “traições”, o fosso se deve a determinações muito concretas da dominação capitalista de classe, determinações que têm sido sistematicamente ignoradas teórica e praticamente (o que significa que foram sistematicamente repostas) pelos movimentos voltados para a transformação social.

Insistimos em que a questão é prática e teórica. Sinais desta fragmentação também aparecem em análises marxistas contemporâneas. Mesmo autores que se dedicam a uma crítica profunda das principais vertentes dos movimentos que, ao longo do século XX, se pretenderam revolucionários, correm o risco de reiterar esta fragmentação. Bihr, por exemplo, observa que o movimento feminista, “ao atacar a alienação particular a que são submetidas as mulheres como grupo social, exigindo a igualdade de direitos (na família, no trabalho, na sociedade civil, no Estado, etc.) entre homens e mulheres...contribuiu para estender as alienações gerais de que todos os indivíduos, sem distinção de sexo, são vítimas no capitalismo, a começar por aquelas do trabalho assalariado” (1998:156). Não se estará, neste caso, atribuindo ao “movimento feminista” uma homogeneidade fictícia² que, no final das contas, sugere, implicitamente que as lutas de mulheres no capitalismo resultam, no essencial, em “democratizar” a alienação?

Como superar, no plano teórico, esta fragmentação das lutas sociais e vislumbrar lutas pela emancipação das mulheres que se imbricam com as ações anticapitalistas? Um texto muito conhecido de Anderson (1984) talvez seja o exemplo mais candente de como ainda existe um longo caminho a percorrer.

¹ Em grande parte uma capitulação sem luta, cujas razões ainda aguardam pesquisas acuradas.

² Um importante estudo sobre as diferentes correntes feministas pode ser encontrado em Saffioti (1987).

Anderson afirma, a nosso ver, corretamente, que, “como padrão de desigualdade, a dominação sexual é muito mais antiga historicamente, e muito mais profundamente arraigada na cultura, do que a exploração capitalista. Detonar suas estruturas requer uma carga igualitária muitíssimo maior de esperanças e energias psíquicas, do que a necessária para eliminar a diferença entre classes. Mas, se essa carga explodisse no capitalismo, é inconcebível que elas deixassem inalteradas as estruturas de desigualdades de classes – mais recentes e relativamente mais expostas. (...) Neste sentido, o governo do capital e a emancipação das mulheres são – histórica e praticamente – irreconciliáveis” (Anderson, 1984: 105).

No entanto, ao afirmar, sem qualquer nuance, que “economicamente, os simples mecanismos do processo de valorização do capital, e expansão da forma-mercadoria são cegos ao sexo”, pois a “lógica do lucro é indiferente à diversidade sexual” (1984: 105), o autor corre o risco de, por excesso de abstração, reintroduzir no marxismo o que há de mais ideológico no universalismo da ilustração, sem faltar, inclusive, o ingrediente naturalizante das relações de gênero. Pois, neste particular, Anderson nega que se possa abolir a divisão entre os sexos, que é um fato da natureza, mas afirma que se pode abolir “a divisão entre classes, um fato da história” (1984: 106). No nível de abstração em que Anderson permanece, o que fica fora de foco é a questão de se existem e, no caso de existirem, como se constituem, imbricações entre dominação capitalista de classe e relações de gênero.

A este respeito, as formulações elaboradas por Petras talvez permitam ir além. Este autor parte, enfaticamente, da hipótese de que, “a partir de uma perspectiva estratégica, a classe molda a política de gênero, mas não vice-versa” (1999: 414). Mas esta posição não implica qualquer unilateralidade: “a ótica que amarra a opressão feminina a uma mera questão de classe desconsidera a *combinação* da luta de classes com a luta contra as desigualdades de segmentação e estratificação no interior da classe” (1999: 414). Para o autor, nem um certo “essencialismo feminista nem o reducionismo de classe captam os interesses divergentes de classe e gênero de camponesas e operárias” (1999: 414). A unidade das mulheres sem distinção de classe limita mais uma vez as reais possibilidades de realização de mudanças em grande escala que beneficiem mulheres e homens. Para além do debate entre questões específicas e/ou gerais, o autor propõe como alternativa a *unidade de classes e lutas decorrentes da questão do gênero*. O que significa, para Petras, “uma organização comum de homens e mulheres, na qual as mulheres podem constituir um grupo de pressão. Isto possibilita a unidade de classe, bem como a luta pela distribuição igualitária de benefícios entre homens e mulheres” (1999: 415).

Deixa-se de lado, portanto, qualquer perspectiva de “estágios” em que ora é a instauração da mudança que trará a emancipação das mulheres, ora é

esta que provocará aquela. Trata-se “de uma revolução dentro da revolução. Ambas deveriam ocorrer simultaneamente. (...) As duas lutas não se realizarão, a não ser que estejam conjugadas” (1999: 416).

O capital se reproduz produzindo desigualdades

Tentemos aprofundar um pouco mais o exame destes nexos no contexto das alterações em curso nas relações de classe, especialmente no que se refere à composição do proletariado.

No modo de produção capitalista, os trabalhadores são despossuídos dos meios de produção. Para Marx, “o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (Marx, 1988: 830). Ocorrem nesse processo, “deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários e destituídos de direitos” (1988: 831).

Vários autores, a começar pelo próprio Marx, enfatizam um duplo aspecto do processo de proletarização. Proletarização, por um lado, “significa separação da propriedade dos meios de produção e da capacidade de transformar a natureza com recursos próprios”. Nesse sentido, existe um crescente processo de proletarização em todo o mundo (Przeworski, 1991). Por outro lado, “o termo proletarização não denota necessariamente a criação de novos lugares relativos a trabalho produtivo manual” (1991: 81).

Há, portanto, uma contradição objetiva inerente ao processo. De um lado, um grande número de produtores diretos é separado dos meios de produção transformando-se em proletários e, de outro, este mesmo proletariado tende a diminuir na medida em que não há lugar para todos na esfera produtiva. Todavia, diversos autores, como Arrighi, observam que “não há qualquer indicação de que os trabalhadores devem ter ocupações específicas (trabalho manual, por exemplo) para se qualificar como membros do proletariado” (1998: 299).

A distinção entre o que poderíamos chamar de proletariado em sentido amplo e o proletariado em sentido estrito não é fixada de uma vez por todas. Ela depende, em larga medida, das lutas sociais, inclusive dos padrões tecnológicos nas quais se materializam. Neste sentido, tende a se manifestar de maneira desigual entre as distintas formações sociais e mesmo no interior delas. Se podemos nos referir a uma tendência de longo prazo, que se intensificou no período 1965-1980, é o que Arrighi (1998: 183 e ss.)

denomina “periferização” e “semiperiferização” das atividades industriais. Bihr (1998), prefere destacar a “fragmentação” ao se referir à forte recomposição sofrida pelo proletariado a partir do final dos anos 70. Para o autor, há três grandes blocos de proletários: os estáveis e com garantias (embora este grupo tenda a diminuir e as garantias a se restringirem); os que são excluídos do trabalho e os trabalhadores instáveis (os trabalhadores *subcontratados*, os de *tempo parcial*, os trabalhadores *temporários*, *estagiários* e os trabalhadores da “*economia subterrânea*” (Bihr: 1998: 83-86).

E como se inserem as mulheres neste processo?

Feminização do trabalho precário

Nos últimos anos, ocorre uma forte ascensão da participação feminina na chamada população economicamente ativa. Na França, ela praticamente dobrou em números absolutos, passando de 6,5 de mulheres, em 1960, para quase 11,5 milhões de mulheres atualmente (Maruani, 1997: 20). Este processo ocorre em escala mundial³, onde o crescimento se deu entre 36% em 1970 e 40%, em 1990 (Sensier, 1995:25). O crescimento da participação feminina é um dos principais aspectos da recomposição do proletariado que se iniciou cerca de três décadas atrás e que ainda se encontra em curso. Neste sentido, cada vez mais a classe operária tem dois sexos (Souza-Lobo, 1991).

Mas é preciso ir além de um enfoque meramente quantitativo, pois este aumento da participação feminina não se deu igualmente em todos os setores. No Brasil, enquanto a PEA feminina no setor primário diminuiu de 46,8%, em 1940, para 19,3%, em 1983, no setor secundário cresceu ligeiramente, no mesmo período, de 10,6% para 13,6%. O crescimento foi maior no terciário, onde a participação feminina saltou de 24,6% para 67,1% (Morales Silva, 1990: 21). Também se pode perceber maior concentração em algumas categorias ocupacionais específicas, constituindo-se o que Bruschini & Rosemberg (1982) denominam “sexualização das ocupações”. O que significa que o setor de serviços não se constitui em uma abstração (Segnini, 1998: 18). Trata-se, sem sombra de dúvidas, do principal gueto ocupacional feminino, mas cuja concentração se dá, sobretudo, no emprego doméstico. Em 1995, quase 5 milhões de brasileiras tinham como ocupação principal o serviço doméstico remunerado (Melo, 1998: 57).

Quais as implicações deste modo de presença feminina na PEA para a imbricação das relações de classe com relações de gênero?

³ Para um melhor detalhamento da evolução do trabalho feminino no mundo, remetemos o leitor ao minucioso estudo de Véron (1997), sobretudo p. 143 e ss.

Bihl e Pfefferkorn, apesar de considerarem importantes as transformações ocorridas com relação ao trabalho feminino, ponderam que se trata de transformações ambíguas, que produziram efeitos perversos, levando a novas formas de discriminação e constrangimentos. Ainda segundo os autores, a pretendida “feminização” reforça a dominação masculina na medida em que as “mulheres se alinham, de algum modo, sob as normas tradicionais dos homens” (1996: 26).

Esta ambigüidade pode ser encontrada em países como a França, onde ocorreu – como já foi mencionado – forte ampliação do contingente feminino da PEA. As análises de Maruani demonstram que a prosperidade do emprego feminino neste país vive sob a ameaça do desemprego e a marca da desigualdade. O subemprego instalou-se desde meados da década de 70, ao lado das diferentes formas de trabalho precário (trabalho interino, contrato a tempo determinado, estágios os mais variados...), as quais atingem predominantemente as mulheres. A autora revela que em 1996, na França, as mulheres representavam 85% das pessoas que trabalhavam num sistema de tempo parcial. O resultado foi um “processo de pauperização invisível” atrelada aos salários também parciais.

Torns observa o mesmo fenômeno junto às trabalhadoras espanholas e levanta a hipótese de que a tradição de reservar às mulheres o trabalho por tempo parcial se fundamenta numa certa idéia de “tolerância social” que permite às mulheres ingressarem e permanecerem na vida ativa, ao invés de estarem em casa, no seu *habitat* “natural”. Esta idéia de tolerância social, de acordo com Torns, se apóia na “organização sócio-econômica do capitalismo industrial que reforça o modo de organização das relações sociais de sexo. Um reforço que está fundado sobre a atual divisão sexual do trabalho na família e no lar e que conseguiu naturalizar e até mesmo mascarar essas desigualdades” (1995: 531).

Um estudo realizado pela União Brasileira de Mulheres e Corrente Sindical Classista revela que a precarização das condições de trabalho afeta bastante as mulheres na medida em que é criado “um fosso entre um pequeno número de trabalhadores qualificados e um grande número de não qualificados. Este fosso tem uma clivagem de gênero, já que as mulheres são maioria entre os não qualificados. As categorias de trabalho não qualificadas se feminizam cada vez mais” (1995: 46). Clivagem que fica mais nítida quando se trata do trabalho informal. Segundo Martins e Dombrowski, no município de São Paulo as mulheres representam 52% da população ocupada no setor informal (1996: 26). Dados que demonstram a afirmação de que “o emprego só teve um aumento entre as menos instruídas” (Butto, 1998: 76).

Assistimos, portanto, a uma verdadeira deterioração das condições de trabalho, principalmente o feminino, sem que, ao mesmo tempo, haja uma

redefinição de papéis entre homens e mulheres. A jornada parcial, que inclui o trabalho em domicílio, permite a combinação de “atividades domésticas com as do mundo do trabalho” o que significa que “contribui também para que sua inserção se dê em condições precárias e inseguras, geralmente levando à intensificação da carga de trabalho, à redução da remuneração e à perda da proteção oferecida pela legislação” (Seade, 1998: 1).

Neste contexto, o trabalho que, segundo Beauvoir (1991), seria sinônimo de emancipação feminina, apresenta crescentemente uma segunda e contraditória determinação: aprisionar duplamente as mulheres.

Comanne & Toussaint associam a feminização do trabalho à da pobreza, demonstrando que “a opressão das mulheres é para os capitalistas um instrumento que permite gerir o conjunto da força de trabalho” (1998: 6). Não é por acaso que esta feminização ocorre em escala mundial. Os autores afirmam que “não existe país no mundo, inclusive nos mais avançados neste campo, onde as rendas das mulheres se igualem à dos homens” (1998: 7).

Necessidade de alterações na definição dos objetivos e nas formas de luta

No geral, os movimentos sociais (velhos e/ou novos)⁴ que se pretenderam anticapitalistas ignoraram que as relações de gênero estavam profundamente imbricadas nas estruturas da dominação capitalista de classe. Não atentar para isto implicou reforçar reproduzir dispositivos fundamentais da dominação que se pretendia combater. Ironicamente, isto foi feito, quase sempre, por um discurso que justificava o adiamento do secundário em nome da prioridade do combate aos aspectos fundamentais da dominação burguesa. Resultado: a luta pela emancipação favoreceu a reprodução de uma espécie de *apartheid*.

A dominação capitalista de classe se reproduz produzindo e reproduzindo “diferenças” que, no fundo reforçam preconceitos, inclusive de gênero. Neste sentido, a afirmação de que somente os produtores diretos possuem, devido a sua capacidade de classe, forças para paralisar ou transformar a maquinofatura capitalista (Anderson, 1984), precisa ser completada por uma outra, já mencionada: “a classe operária tem dois sexos” (Souza-Lobo: 1991). Do contrário, fica obscurecida a dinâmica sexista do capital. Não somente as derrotas do passado, mas as alterações em curso nas relações de classe, especialmente na (re)composição da classe trabalhadora

⁴ Em outro lugar (Gonçalves, 1999), procuramos retrabalhar esta conceituação, por intermédio do exame crítico da literatura sobre o assunto e da referência às determinações sociais concretas – inclusive temporais e espaciais – destes movimentos.

repõem, de maneira ainda mais crucial, a importância das relações de gênero para as lutas sociais. As condições de existência do proletariado se tornaram, no geral, mais precárias; a presença feminina no interior do proletariado aumentou; e aumentou principalmente nos segmentos mais afetados pela precarização. Esta maior imbricação de relações de gênero e relações de classe implica a exigência de alterações profundas na definição dos objetivos de curto e longo prazo, nas formas de luta e nos tipos de organização.

Bibliografia

- ANDERSON, P. (1984). *A crise da crise do marxismo*. São Paulo, Brasiliense.
- ARRIGHI, G. (1997). *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
- BEAUVOIR, S. de. (1991). *Le deuxième sexe*. Paris, Gallimard.
- BIHR, A. & PFEFFERKORN, R. (1996). “Travail domestique et vie privée”. *Le Monde Diplomatique*. Paris, setembro.
- BIHR, A. (1998). *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo.
- BRUSCHINI, C. & ROSEMBERG, F. (1982). “A mulher e o trabalho” In: BRUSCHINI, C. & ROSEMBERG, F. (orgs.), *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- BUTTO, A. (1998). “Gênero, família e trabalho”. In: A.BORBA, A.; FARIA, N. & GODINHO, T. (orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Perseu Abramo.
- COMMANE, D. & TOUSSAINT, E. (1998). “Feminización de la pobreza”. *Cuadernos Feministas*, nº 5.
- GONÇALVES, R. (1999). *Lutas sociais e relações de gênero: o processo de constituição do grupo de mulheres do São José*. São Paulo, PUC. Dissertação de mestrado, mimeo.
- HAYDEN, C. E. (1980). “El departamento de la mujer (Zhenotdel) del partido bolchevique”. In: *Criticas de la economia política*, nº 14-15. México, Ediciones El Cabalito.
- HOBSBAWM, E. (1995). *Era dos extremos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MARTINS, R. & DOMBROWSKI, O. (1998). “Mapa do trabalho informal na cidade de São Paulo”. In: JAKOBSEN, K. et alii. *Mapa do trabalho informal*. São Paulo, Perseu Abramo.
- MARUANI, M. (1997). “Les temps modernes de l’emploi féminin”. *Le monde diplomatique*, setembro.

- MARX, K. (1988). *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, vol. III, t. 2.
- MELO, H. “Globalização, políticas neoliberais e relações de gênero no Brasil”. In: A.BORBA, A.; FARIA, N. & GODINHO, T. (orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Perseu Abramo.
- MOLYNEUX, M. D. (1989). “La mujer, el estado y la revolución: el caso de Nicaragua”. *Inprecor*, nº 66, fevereiro.
- MORAES SILVA, M. A. (1990). “A nova divisão sexual do trabalho na agricultura”. *São Paulo em Perspectiva*, 4 (3/4).
- PETRAS, J. (1999). *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau, FURB.
- PRZEWORSKI, A. (1991). *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SAFFIOTI, H. (1987). “Feminismos e seus frutos no Brasil”. In: SADER, E. (org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo, Cortez.
- SEADE (1998), “Feminização da força de trabalho”. *Mulheres em dados*, nº 11, jan/mar.
- SEGININI, L. (1998). *Mulheres no trabalho bancário*. São Paulo, Edusp.
- SENSIER, S. (1995). “La longue marche des femmes”. *Le Monde Diplomatique*.
- SOUZA-LOBO, E. (1991). *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo, Brasiliense.
- TORNS, T. (1995). “Chômage”. In: EPHESIA (org.). *La place des femmes: les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales*. Paris, La Découverte.
- UNIÃO Brasileira de Mulheres & Corrente Sindical Classista (1995). “Gênero, trabalho e sindicato”. *Princípios*, nº 37.
- VÉRON, J. (1997). *Le monde des femmes: inégalités des sexes, inégalités des sociétés*. Paris, Seuil.